

Resolução do Secretariado Nacional da UGT

26 de janeiro de 2023

UGT alerta Ministro da Educação e Governo para ouvir as justas reivindicações dos Professores

O Secretariado Nacional da UGT reunido hoje, na sua sede em Lisboa, analisou com apreensão o momento de contestação que se vive no setor público da educação e imputa toda a responsabilidade ao Ministro da Educação pela incapacidade de gerir os problemas que, há mais de uma década, têm afetado os educadores e professores portugueses, perante um olhar e atitude de indiferença dos sucessivos Ministros da Educação e Governos.

A UGT alerta o Ministro da Educação para a gravidade da situação e apela para a abertura urgente da sua agenda política e negocial a matérias que se prendem com a profissionalidade docente e com a valorização da carreira dos educadores e professores.

A UGT não aceita que milhares de alunos estejam diariamente sem aulas devido ao justo protesto dos docentes, perante a inércia do Ministro da Educação em encontrar caminhos para soluções de compromisso capazes de serenar o clima de insatisfação e de contestação que se vive nas escolas, num claro prejuízo para o futuro escolar e educativo de milhares de crianças e jovens.

Em relação à revisão do modelo de concurso de docentes, apresentada pelo Ministro da Educação, a UGT não aceita, de todo, alterações que acrescentem novas formas de precariedade e que agravem ainda mais a instabilidade profissional dos docentes. O que se exige é um modelo de concurso que promova a estabilidade profissional de todos os docentes e elimine o alto nível de precariedade a que estão sujeitos.

A UGT recorda ao Ministro da Educação que a paz social no setor não ocorrerá se o Governo continuar a encarar a negociação coletiva apenas com um olhar **centrado nas suas opções** políticas e assente numa **visão dogmática e autocrática** da governação.

Exige-se com urgência na Educação uma negociação séria e capaz de alcançar a paz social, só possível de ser conseguida com sucesso se o Ministro da Educação deixar de ignorar, por completo, as reivindicações e as propostas dos parceiros sindicais, que legitimamente representam os trabalhadores do setor da Educação.

A UGT denuncia, assim, a ineficácia das últimas reuniões tidas entre o Ministro da Educação e os sindicatos da UGT do setor da educação, por incapacidade deste se assumir, como é seu dever, como um **verdadeiro parceiro negocial**.

A UGT está e estará ao lado dos educadores e professores portugueses, apoiando a luta desenvolvida pelos seus sindicatos, por medidas de **valorização e atratividade da carreira docente**, nomeadamente:

- A valorização salarial de toda a carreira docente;
- A garantia de manter a equiparação do valor do índice de topo da Carreira Docente com a Carreira de Técnico Superior do Regime Geral da Administração Pública;
- A eliminação da exigência de vagas no acesso aos 5º e 7º escalões;

- A revisão do regime de reduções da componente letiva por efeito conjugado da idade e do tempo de serviço;
- A revisão do regime de acesso à aposentação;
- A recuperação do tempo de serviço congelado e das perdas ocorridas nas transições de carreira e das indevidas ultrapassagens que nela existem;
- A revisão da formulação da composição do tempo de trabalho dos docentes, assegurando um respeito efetivo pelos limites do tempo de trabalho;
- A eliminação da precariedade que afeta os docentes levando-os a exercer funções como técnicos especializados e atividades extracurriculares;
- A determinação de aumentos salariais que compensem a sistemática perda do poder de compra;
- A revisão das regras da Mobilidade por Doença.

A UGT manifesta assim:

- O seu total apoio às reivindicações justas dos educadores e professores portugueses do setor público;
- A sua total solidariedade, ao lado da luta dos seus sindicatos da educação;
- O total apoio às ações de contestação e às formas de luta desenvolvidas pelos seus sindicatos, por si ou em convergência com outras organizações sindicais.

Salários e valorizações da Administração Pública não chegaram a todos os trabalhadores do setor

Depois da questão levantada pelos sindicatos da Administração Pública afetos à FESAP, relacionada com o facto de milhares de trabalhadores verem os seus aumentos e valorizações salariais serem absorvidos por contribuições e impostos obrigatórios, ter sido prontamente reconhecida e resolvida pelo Governo, com retroativos a janeiro, após reunião com o Ministro das Finanças, Fernando Medina, começaram agora a ser pagos os salários com esses mesmos aumentos e valorizações, fruto do acordo plurianual celebrado em outubro.

Não obstante, a UGT assinala e alerta para o facto de muitos serviços da Administração Pública não terem procedido aos processamentos salariais de forma correta, quer seja por não terem considerado as novas tabelas de retenção na fonte do IRS, que corrigem o “erro” detetado pelos sindicatos, quer seja por simplesmente não terem considerado os aumentos e valorizações em vigor.

A UGT insta o Governo a instruir rapidamente todos os serviços da Administração Pública a agirem de modo a corrigir estes lamentáveis enganos, já que a vasta maioria dos casos detetados é de trabalhadores que auferem salários brutos abaixo dos 1000 euros, o que poderá provocar ainda maiores dificuldades para famílias que vivem uma situação já de si muito difícil devido ao enorme aumento do custo de vida.

Esta correção torna-se imperativa para o respeito de um princípio, salientado pelo próprio Governo na reunião havida com a FESAP, segundo o qual, a um aumento no salário bruto, terá necessariamente de corresponder a um aumento da remuneração líquida, de tal modo que nenhum trabalhador recebe, em termos líquidos, menos do que o valor do salário mínimo nacional, após impostos e contribuições.

UGT ao lado dos Bancários

A UGT acompanhou, desde o primeiro momento, os três Sindicatos dos Bancários na luta pelo direito de igualdade dos reformados ao pagamento da meia pensão, reclamando a todas as entidades competentes a resolução do problema. Juntos, exigimos e conseguimos!

A solução apresentada pelos Sindicatos foi aceite por bancos e Governo. Neste momento falta apenas assinar o Memorando de Entendimento que concretizará o processo, nomeadamente quanto à forma e altura do pagamento.

Na negociação coletiva, os três Sindicatos dos Bancários apresentaram às Instituições de Crédito (IC) propostas de revisão de todos os IRCT, reclamando 8,5% de aumento nas tabelas salariais e cláusulas de expressão pecuniária, bem como a contratualização de outras matérias.

Todas as propostas de clausulado foram recusadas pelos bancos, sempre com a justificação do crescimento da despesa com pessoal.

Quanto às tabelas, as respostas diferem, mas sempre com propostas percentuais inaceitáveis. Algumas IC subscritoras do ACT do Setor Bancário avançaram com 2,5% de aumentos salariais; já a CGD propõe 3% de aumento médio, com o mínimo de 50€. Todas as outras propostas foram também liminarmente recusadas.

Os Sindicatos já advertiram os bancos: não há qualquer desculpa para adotarem este comportamento.

As remunerações dos bancários, ativos e reformados, têm de refletir os milhões de lucros atingidos pelo setor, além do legítimo direito de recuperar o poder de compra perdido nos últimos anos. A UGT repudia veementemente a atitude dos bancos e acompanhará os seus Sindicatos dos Bancários nas ações que considerem necessárias à defesa dos associados.

As negociações diretas começaram agora, mas fica já o aviso... não pensem que permitiremos que se arrastem.

E a antecipação de aumentos ou o pagamento de variáveis – cujo objetivo é desvirtuar a negociação coletiva e desregulamentar direitos – não será escamoteado, nem permitiremos que substitua a contratação. Para a UGT e os seus Sindicatos a negociação coletiva é um direito inalienável!

A UGT também manifesta o seu apoio aos trabalhadores dos setores privado e empresarial do Estado que estão a lutar por uma negociação coletiva mais forte e dinâmica

A negociação Coletiva é a solução! Para aumentar os salários e alcançar condições de vida e trabalho dignas.

Para isso é fundamental apostar num diálogo social forte e numa negociação coletiva dinâmica, pois constituem instrumentos essenciais da democracia económica e social, aliados ao necessário reforço dos direitos de informação, consulta e participação dos trabalhadores e seus representantes.

Perante o cenário de incerteza que vivemos, os trabalhadores e suas famílias não podem ver agravadas as suas condições de vida e deteriorado o seu poder de compra. Precisam de sinais de confiança que contrariem a tendência de individualização das relações laborais e de políticas de baixos salários.

Neste particular, a UGT denunciará e combaterá por todos os meios ao seu alcance as práticas de algumas empresas que atentam contra os princípios constitucionais de liberdade sindical, aliciando alguns trabalhadores a desindicalizarem-se ou a abdicarem da proteção da contratação coletiva com a promessa de outras compensações e claramente com o objetivo de esvaziar as convenções coletivas.

A assinatura do Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, no qual a UGT se empenhou durante todo o processo, é um instrumento essencial para o aumento do rendimento disponível das pessoas e famílias, desde logo pela via salarial, em 2023, mas também nos anos seguintes.

A negociação coletiva tem hoje um referencial salarial, garantindo um impulso à negociação de salários, bem como está associada a exigências de negociação coletiva dinâmica, com contrapartidas, de modo a potenciar a renovação e a atualização dos conteúdos das convenções coletivas.

Mais, a melhoria dos salários deve estar no topo das prioridades de política económica e social, mas não podemos esquecer a parte fiscal que afeta os rendimentos do trabalho. Para além de se pautar por baixos salários a nível europeu, Portugal tem-se destacado nos últimos anos por uma carga fiscal, sobre o trabalho desproporcionadamente elevada.

A diferença entre os impostos cobrados às empresas e aos trabalhadores e pensionistas nunca foi tão elevada: em 2001, as receitas de IRS representavam cerca de 63% total dos impostos directos, enquanto em 2021, e ainda que também em virtude do elevado volume de emprego, este peso aumentou para 73%.

Já as receitas de IRC, registaram uma tendência inversa, passando de 36% para 25%, em 2001 e 2021, respetivamente. A UGT continuará a exigir mais justiça fiscal.

Sabemos que não é uma redução das taxas de IRS, que aumenta os salários, mas é uma forma de aumentar o rendimento disponível dos trabalhadores e suas famílias numa altura em que se começam a fazer sentir os efeitos da subida das taxas de juro no crédito à habitação, assim como aumento do preço dos bens alimentares e produtos petrolíferos. Continuaremos a lutar por tabelas de retenção e de impostos mais justos.

Assim, estamos e estaremos atentos ao cumprimento do Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade!

Aprovado por Unanimidade e Aclamação

O Secretariado Nacional da UGT
Lisboa, 26 de janeiro de 2023